

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Aviso n.º 22074/2025/2

Sumário: Abertura de procedimento concursal tendente à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por termo indeterminado, visando o preenchimento de duas vagas de técnico superior.

O Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa) torna público que se encontra aberto procedimento concursal tendente à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, visando o preenchimento de dois (2) postos de trabalho no Mapa de Pessoal do ISCSP-ULisboa, da carreira geral de Técnico Superior, categoria de Técnico Superior, para o Gabinete de Apoio Jurídico.

1 – Os requisitos gerais de admissão são os previstos no artigo 17.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, constituindo também requisito de admissão estar habilitado com Licenciatura em Direito não havendo possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

2 – As funções a desempenhar são as descritas no Anexo à LTFP, para o qual remete o n.º 2 do artigo 88.º da mesma Lei, tendo como funções específicas:

a) Planeamento e desenvolvimento de processos e funções associadas à vertente de organização técnica e administrativa do Gabinete de Apoio Jurídico, nomeadamente, assessoria técnica e jurídica à Presidência e Direção Executiva do Instituto;

b) Elaboração de estudos, informações e pareceres jurídicos com base na legislação vigente aplicável ao ensino superior público;

c) Gestão, acompanhamento e monitorização dos processos de inquérito e de processos disciplinares;

d) Colaboração em processos de auditoria, elaboração de projetos e redação de propostas de alteração de regulamentação interna, nomeadamente, em matéria de privacidade;

e) Apoio à redação de protocolos a celebrar com entidades externas;

f) Acompanhamento do contencioso do ISCSP e apoio em procedimentos de contratação pública;

g) Apoio jurídico às demais áreas de ação e órgãos deliberativos do Instituto;

h) Outras funções conexas à vertente jurídica que venham a ser definidas.

3 – A candidatura terá de ser formalizada no prazo de 10 dias úteis contados a partir do dia seguinte ao da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

4 – Nos termos do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, a publicação integral do aviso de abertura do presente procedimento encontra-se publicitada na Bolsa de Emprego Público (BEP), acessível em www.bep.gov.pt, e na página eletrónica do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, por extrato.

29 de agosto de 2025. – O Presidente, Ricardo Ramos Pinto, professor catedrático.

319483477